

## O Ensino Médio Politécnico no RS, Seminário Integrado, Interdisciplinaridade: Desafios Lançados

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns questionamentos e resultados parciais, frutos de meu projeto de mestrado, acerca da Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio/RS, 2011-2014, (PEM/RS), em fase de implementação, o qual tem como referencial metodológico o Seminário Integrado (SI): espaço de articulação e problematização no currículo do Ensino Médio. O sentido do SI, na perspectiva da SEDUC/RS, é institucionalizar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, de modo a promover articulação entre os conhecimentos construídos no âmbito de cada área disciplinar e as situações vivenciadas pelos estudantes. Em um segundo momento da pesquisa também analisaremos as mudanças de percepções dos professores que estão diretamente envolvidos com o SI, tem sobre a PEM/RS em duas escolas de ensino médio de Santa Maria-RS e dos demais docentes que não estão implicados diretamente com o SI. No entanto, os resultados dessa etapa não serão tratados nesse texto.

**Palavras-chave:** Ensino Médio, Interdisciplinaridade, Seminário Integrado, Politécnia.

**Átila de Macedo Maia**

hunomaia@yahoo.com.br

**Elisete Medianeira Tomazetti**

Universidade Federal de Santa Maria

elisetem2@gmail.com

## Introdução

No Brasil, na última década, a universalização do acesso à educação pode ser considerada como um dos principais avanços ocorridos no séc. XX. O Ensino Médio nasceu no Brasil com um caráter estritamente propedêutico, direcionado aos jovens das famílias economicamente abastadas e com o principal objetivo de encaminhar estes jovens para o ensino superior. Na década de 40 do século XX, o sistema de ensino brasileiro passou por um processo de expansão, quando ofereceu às classes menos favorecidas um ensino profissionalizante, mas mantendo o ensino colegial (segundo ciclo do ensino secundário), voltado para o ingresso ao nível superior. Nos anos 70 do século XX, com a Lei nº 5.692/71, estabeleceu-se a profissionalização do segundo grau, que se manteve até o ano de 1982.

No entanto, foi com a Constituição Federal de 1988, que a obrigatoriedade de ofertar o Ensino Médio a toda população brasileira ocorreu. Nos anos 90 do século XX, a LDB/9.394/96 estabeleceu o ensino médio como etapa final da Educação Básica, com a finalidade de consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, de preparação básica para o trabalho e para a cidadania, de aprimoramento do educando como pessoa humana e de compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Apesar de conquistas, em termos de legislação voltada para a educação, o Ensino Médio carece de uma identidade e definição curricular, pois o mesmo já passou por muitas transformações, em sua estrutura, organização, objetivos e principalmente no currículo. Observa-se que não há um consenso sobre suas finalidades, pois a legislação aponta para um lado, quando aponta diretamente para mudanças curriculares e de identidade, enquanto, as escolas, sob a carga de pressão de alunos e de seus familiares, estariam atribuindo ao Ensino Médio, somente, a finalidade de ingresso no ensino superior.

Com um Ensino Médio descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio-PCN/2000, procuraram dar um significado aos conhecimentos, indicando a necessidade de um ensino contextualizado, buscando superar a compartimentalização, com base na

interdisciplinaridade, e incentivando a visão crítica dos alunos, orientando os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Os PCN não poderiam ser considerados uma coleção de regras que pretendam ditar o que os professores devem ou não fazer, mas como referência para a transformação de objetivos, conteúdos e metodologias de ensino. Os PCN apontavam como objetivo auxiliar os educadores na reflexão sobre a prática diária em sala de aula e servir de apoio ao planejamento de aulas e ao desenvolvimento do currículo escolar.

Após ampla discussão com equipes técnicas dos Sistemas Estaduais de Educação – SEE, professores e alunos da rede pública de ensino foram construídas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCN (2006), com o objetivo de contribuir para o diálogo entre professores e a escola sobre a prática docente. Neste contexto considerou-se que a escola deveria ter uma qualidade mínima de educação básica a ofertar, que é pressuposto para a inclusão e democratização do Ensino Médio no Brasil. A inclusão deveria levar ao desenvolvimento do país e à consolidação da cidadania, pois “preparar o jovem para participar de uma sociedade complexa como a atual, que requer aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida, é o desafio que temos pela frente”. (OCN, 2006, p.6)

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, de 1998, DCNEM/1998, foram inspiradas pela LDB 9394/96, mas sustentadas no ideário neoliberal, do governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nas suas entrelinhas trazia um discurso inovador, ilustrado na seguinte citação:

por meio da valorização de uma concepção de “educação para a vida e não mais apenas para o trabalho”; da defesa de um ensino médio unificado, integrando a formação técnica e a científica, o saber fazer e o saber pensar, superando a dualidade histórica desse nível de ensino; de um currículo mais flexível e adaptado à realidade do aluno e às demandas sociais; de modo contextualizado e interdisciplinar; baseado em competências e habilidades. Contudo, ao analisar-se o contexto mais amplo das políticas para o ensino médio em curso à época, o que se percebia era uma realidade muito distinta daquela proposta pelas diretrizes. Além disso, após um estudo mais detalhado do discurso presente nas DCNEM, o que se percebia era um texto híbrido que, em vários momentos, acabava por ressignificar certos termos a tal ponto

destes assumirem sentidos quase que opostos aos originais.  
(MOEHLECKE, 2012, p.9)

O discurso oficial presente no parecer e na resolução que estabelece a DCNEM/1998 anuncia a ideia de um currículo comum que abrangeria uma formação básica e a preparação para o trabalho, compreendendo esta como algo mais amplo do que educação profissional, e nos traz no Art. 12:

Não haverá dissociação entre a formação geral e a preparação básica para o trabalho, nem esta última se confundirá com a formação profissional.

§ 1º A preparação básica para o trabalho deverá estar presente tanto na base nacional comum como na parte diversificada.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, poderá preparar para o exercício de profissões técnicas, por articulação com a educação profissional, mantida a independência entre os cursos. (Brasil, 1998)

As novas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2012), homologadas em janeiro de 2012 no Governo Dilma Rousseff, pautam-se no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico. Nessa perspectiva, desaparecem do cenário nacional as noções de competências e habilidades, mas o currículo continua organizado por áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas).

A parte diversificada das disciplinas, articulada com a base nacional comum, indica uma flexibilização do currículo. Trata-se de buscar a educação integral do jovem, permitindo-lhe solidificar uma “visão orgânica do conhecimento”, destacando “as múltiplas interações entre as disciplinas” (DCNEM/2012, p.35). A sala de aula deverá estar aberta não só a uma série de saberes até então dela excluídos, como também ao diálogo entre as áreas curriculares, o que vai ao encontro da PEM/RS em curso no Estado do RS. As DCNEM/2012, de acordo com seu Art. 2º, nos dizem que:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio.

Como já ocorria das DCNEM/1998, no novo documento, não há qualquer menção sobre a especificidade ou obrigatoriedade com relação às disciplinas que devem ser estudadas pelos alunos. O que se vê, é uma série dos chamados componentes curriculares obrigatórios, que devem ser tratados em uma ou mais áreas do conhecimento. Fica claro nesse documento que, esses componentes curriculares não precisam, necessariamente, serem ofertados como disciplinas. Como enfatiza a DCNEM/2012, no seu Art. 14, inciso VIII:

os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização;

E, nota-se que na citação acima, há um forte apelo à interdisciplinaridade, onde a mesma, não está apenas institucionalizada na legislação educacional, como também, tem caráter obrigatório, conforme as Diretrizes Nacionais Gerais da Educação Básica, promulgadas em 2010, que impõem que 20% da carga horária anual sejam destinadas para programas e projetos interdisciplinares eletivos.

### **A proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio/RS 2011/2014**

A Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio/RS, (PEM/RS), em curso desde 2011 no estado do Rio Grande do Sul, indica numa mudança de paradigma na organização curricular e, conseqüentemente, na prática pedagógica. É uma proposta que foi apresentada no final de 2011, levando em consideração o Plano de Governo para o Rio Grande do Sul para o período de 2011/2014, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e a Resolução sobre Diretrizes Curriculares para Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB nº 5/2012).

Tem como objetivo geral contribuir para a criação de “uma consistente identidade do ensino médio”, (PEM/SEDUC/RS, 2011, p. 5), na intenção de reverter o alto índice de evasão escolar no Ensino Médio, de reprovação e oportunizar a construção de projetos de vida pessoais e coletivos, garantindo a inserção social e a cidadania. O documento também afirma que pretende “desenvolver um projeto educacional que atenda às necessidades do mercado, mas que tenha na sua centralidade o indivíduo, a partir de uma proposta de formação integral”. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 8).

Para que isso tenha vida, bem mais do que investimentos na rede física das escolas, na formação e valorização do magistério, se faz necessária, de acordo com a PEM/RS, uma proposta político-pedagógica em que:

o ensino das áreas de conhecimento dialogue com o mundo do trabalho, que interaja com as novas tecnologias, que supere a imobilidade de uma gradeação curricular, a seletividade, a exclusão, priorizando o protagonismo jovem e construa uma efetiva identidade para o Ensino Médio. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 5).

No escopo de nossa pesquisa de mestrado, pensaremos de que forma as mudanças curriculares propostas pela PEM/RS, não impedirão que o ensino médio cumpra seu principal papel, que é o de consolidação e de aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos. E se não transformará o professor num profissional polivalente, que deverá dar conta (evidentemente, sem nenhuma formação adicional) de diversas disciplinas e ramos do conhecimento.

Nessa perspectiva da falta de uma formação adicional ao professor, o Ministério da Educação lançou no ano corrente, o *Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio*, que tem como objetivo promover a formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio da rede estadual de ensino, nas áreas urbanas e rurais, em consonância com a LDB/96, as DCNEM/2012 e das Diretrizes Curriculares da Educação Básica. O Ministério da Educação lança o pacto na tentativa de fortalecer o Ensino Médio e de melhorar os indicadores educacionais, além de proporcionar uma formação adicional aos professores e coordenadores pedagógicos. De

acordo com o Censo do Ensino Médio no Brasil, quinhentos mil professores irão receber *tablets* e treinamento para melhorar a qualidade do Ensino Médio no Brasil. O Ministério da Educação espera que os professores e coordenadores tenham no mínimo três horas semanais de formação continuada e os mesmos, receberão uma bolsa de duzentos Reais.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio visa promover, ainda, a valorização dos professores da rede pública estadual do Ensino Médio e abrir o debate para uma reflexão sobre o currículo, a identidade do Ensino Médio e como estão sendo implementadas as mudanças nos respectivos estados da federação.

Para além das concepções de currículo, identidade e de conhecimento, a proposta PEM/RS, assenta suas bases também em *fontes epistemológicas*, nos modos de produção do conhecimento, nas relações sujeito-objeto-sujeito e nas circunstâncias históricas transformadas. Em *fontes filosóficas* a partir especificidades temporais e espaciais, a partir das características próprias dos alunos e de seus contextos. Em fontes *socioantropológicas*, na busca de significados socioculturais de cada contexto, dos sistemas simbólicos das relações do sujeito que aprende e os objetos da aprendizagem. E, em *fontes sociopedagógicas* que fazem uma relação entre etapas do desenvolvimento e aprendizagem e, a escola como espaço de trabalho cooperativo e produtivo. A proposta pedagógica/RS apresenta três níveis de ensino, a saber: 1. Ensino Médio Politécnico, não profissionalizante que articula Formação Geral e Parte Diversificada, articula Formação Geral com Ciências, Cultura, Tecnologia e Trabalho. 2. Ensino Médio Curso Normal, profissionalizante, que integra Formação Geral e Formação Profissional, faz a apropriação do processo da aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental e da criança como sujeito de direitos, ainda, postula que a construção do conhecimento decorre da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido. 3. Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio tem caráter profissionalizante, integra Formação Geral e Formação Profissional, faz a apropriação da dinâmica da produção pelo domínio do método científico, a aquisição de princípios que regem a vida social e produção contemporâneas e a integração com o mundo do trabalho e setores da produção.

## Ensino médio politécnico

É consenso entre pesquisadores da área do trabalho e da educação, que a Educação Politécnica/Politecnicia, foi esboçada inicialmente por Karl Marx (2001), em meados do séc. XIX. Educação politécnica pode ser sinônimo da concepção marxista de educação, embora Marx nunca tenha escrito nenhum texto sistemático dedicada à questão pedagógica. Para Marx (2001) educação é: Educação Intelectual; Educação Corporal (exercícios e militares) e Educação Tecnológica, que reconhece os princípios gerais e de caráter científico de todo processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e adolescentes no manejo de ferramentas dos diversos ramos industriais. Onde a combinação de trabalho produtivo, educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevaria, no pensamento de Marx, a classe operária acima dos níveis das classes burguesas e da aristocracia. Isso é o embrião do trabalho como princípio educativo, presente na PEM/RS, que busca a transformação radical da sociedade como sua finalidade. É preciso inserir ao currículo, conhecimentos que contribuam para a compreensão do trabalho como princípio educativo, o que permite compreender o significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências, letras e das artes.

Na década de 80 do séc. XX, o pensamento de Antônio Gramsci foi referencial para as análises da escola no Brasil. Que a cultura é uma instância contraditória, organizadora de interesses dominantes, mas também, dos interesses dos trabalhadores e de suas possibilidades de acesso ao saber. Foi uma revolução nas teorias que orientavam as reflexões sobre a escola.

Segundo Gramsci (1991, p.125) no livro “Os intelectuais e a organização da cultura”,

a escola unitária é um projeto de via unitária, ancoram seu currículo tanto conhecimentos gerais e de matiz intelectual como conhecimentos manuais e técnicos, de modo a superar com a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual possibilitando com isso o início de mudanças nas “[...] relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida”.

A Educação Politécnica, conforme a PEM/RS, busca resgatar o pensar crítico sobre a posição do aluno no mundo, no trabalho e em suas relações. Estabelece a necessidade



de buscar novos significados a estes mesmos aspectos e, ainda, estabelece uma educação mais horizontal, emancipadora e democrática, que:

Tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.10).

A Educação Politécnica se assenta a partir de pilares que estão postos nas DCNEM/2012, que são a Ciência, a Cultura, a Tecnologia e o Trabalho, e no Art. 5º, inciso VIII, em que preconiza sobre as formas de oferta e organização do Ensino Médio:

-integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

O eixo orientador é o *Trabalho como princípio educativo* e seus Princípios Orientadores são: Relação Parte-Totalidade, que segundo a proposta deve considerar um “movimento constante de ir e vir, da parte para o todo e do todo para a parte, como um processo de estabelecer limites e amplitude de problemas e busca de alternativas de solução”. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 18). A proposta denomina Reconhecimento de Saberes, a complementaridade entre todas as formas de saberes e reconhece que “a escola é o espaço por excelência da promoção do diálogo dos diferentes saberes, reconhecendo seu poder de transformar a realidade, mas também os seus limites,

oriundos de seu modo de produção, que reflete as desigualdades de acesso ao conhecimento e à cultura”. (Ibid., p. 19). Na questão Teoria-Prática, “na vida em sociedade que nos é imposta, há uma íntima aproximação do pensamento e ação para resultar em transformação, onde a relação teoria prática torna-se um processo contínuo de fazer, teorizar e refazer”. (Ibid., p. 19). A interdisciplinaridade, na proposta de reestruturação do ensino médio gaúcho, é considerada um meio eficaz e eficiente, de articulação entre o estudo da realidade e a produção de conhecimento com vistas à transformação do ensino. Assim, “a interdisciplinaridade é um processo e, como tal, exige uma atitude que evidencie interesse por conhecer, compromisso com o aluno e ousadia para tentar o novo em técnicas e procedimentos”. (Ibid., p.20). Segundo a PEM/RS, a avaliação emancipatória é uma prática democrática em todas as instâncias da política educacional e a escola é o espaço para a aprendizagem destas práticas.

Que o novo fazer pedagógico se caracterize, também, pelo abandono da prática da avaliação como instrumento autoritário do exercício do poder, como função de controle, na explicitação da classificação e da seleção, conceitos estes vinculados à qualidade na produção industrial. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 22).

Porém, qual a postura interdisciplinar no ofício do professor diante do conhecimento, visando garantir a construção de um conhecimento globalizante rompendo com os limites das disciplinas? Precisamos saber se todos ganham com a interdisciplinaridade. No espaço escolar será apenas no SI, que os alunos aprenderão a trabalhar em grupo e interagir com os colegas. No processo de aprendizagem o aluno não constrói sozinho o conhecimento, a construção é feita continuamente com outros e na interação com os outros.

### Seminário integrado: espaço da interdisciplinaridade

A PEM/RS tem uma proposta voltada ao mundo do trabalho e das relações sociais que venham a promover uma formação científica e tecnológica, o que vai requerer um olhar e uma prática interdisciplinar do professor. O saber passa a ser concebido como construído e o aluno é absorvido pela busca, sendo a dúvida apenas o seu ponto de

partida. Considera-se que é importante a busca de fundamentos que auxiliem o jovem que está pensando no seu futuro, ou seja, que tenha como referência fundamental o trabalho, a qualificação e a cidadania. A PEM/RS contempla as áreas de conhecimentos e suas tecnologias com os eixos Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho, embasados pelas DCNEM/2012. É uma proposta de Ensino Médio que visa atender as constantes mudanças no mundo, levando em conta, as experiências históricas e culturais de cada indivíduo e da realidade que o cerca. Assim, proporcionando uma pesquisa integrada ao cotidiano escolar, garantindo possibilidades de interação entre sujeito e objeto na construção do saber.

Acompanhar o aluno no desenvolvimento de seu projeto de pesquisa, que está construindo no SI, que contempla mundo do trabalho e as práticas sociais, é o papel que deve ser desenvolvido pelo professor que o incentivará à pesquisa, sempre associada a um olhar crítico e a uma perspectiva interdisciplinar. A dificuldade, entanto, em nossa compreensão, neste processo refere-se ao tempo, a carga horária dos professores das diversas áreas do conhecimento, em conseguir disponibilidade de horário, para fazer todo esse acompanhamento, com todos os alunos envolvidos em suas pesquisas.

O principal objetivo do SI é o enfoque crítico investigativo, visando assegurar um processo de ensino e aprendizagem contextualizado e interdisciplinar, que levará:

a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.25)

E a de formação geral (núcleo comum), em que o trabalho interdisciplinar com as áreas de conhecimento terá o objetivo articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias com vistas à apropriação e integração com o mundo do trabalho.

Assim, sinalizando com os possíveis avanços dos alunos em relação as suas aprendizagens, o SI pretende ser um meio para superar as dificuldades dos alunos e, ser uma boa oportunidade do professor refletir e rever suas práticas escolares. O SI constitui-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem

realizados desde o primeiro ano do Ensino Médio e em complexidade crescente. Constará sua carga horária da parte diversificada, distribuídas do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio, em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências ou práticas do curso. Os serviços de supervisão e orientação da escola têm responsabilidade da coordenação geral dos trabalhos e garantia da estrutura, organização e realização dos SI. É importante salientar que, a coordenação dos trabalhos será de responsabilidade do coletivo dos professores e coordenadores da escola e não será de responsabilidade de apenas um professor, mas sempre de forma compartilhada e rotativa.

E, por fim, temos a pesquisa como princípio educativo, propondo-se como:

o processo que, integrado ao cotidiano da escola, garante a apropriação adequada da realidade, assim como projeta possibilidades de intervenção. Alia o caráter social ao protagonismo dos sujeitos pesquisadores. (RIO GRANDE DO SUL. 2011, p.22)

A juventude tem como característica marcante a curiosidade, a inquietude e a intenção de querer, a todo custo, transformar o mundo. São relações naturais que se impõem, mas que acontecem de maneira desigual. Na transformação de indivíduos em sujeitos autônomos, com possibilidades de inserção como cidadãos na sociedade, que pretendem construir e transformar a realidade, considerando suas necessidades e a dos demais. Será com a pesquisa como princípio educativo, que integrada ao cotidiano da escola, vai garantir a apropriação de saberes, na perspectiva de intervir no mundo. Pesquisa que vai aliar método, sujeitos pesquisadores e protagonistas na formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Com um processo de ensino e aprendizagem contextualizado, o aluno tentará compreender e ter consciência sobre seus modelos de explicação e compreensão da realidade, reconhecendo-os e sabendo que são passíveis de distorções. A função do professor é de colocar em dúvida suas convicções, num processo de desconstrução de conceitos e de reconstrução/apropriação de outros. É nesse momento, a partir das reflexões feitas pelos alunos que se inicia a proposta de pesquisa como princípio educativo.

O referencial metodológico do PEM/RS é o Seminário Integrado, que é o eixo articulador e problematizador do currículo como forma de apropriação da realidade, com isso:

Os Seminários Integrados constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem realizados desde o primeiro ano e em complexidade crescente. Organizam o planejamento, a execução e a avaliação de todo o projeto político-pedagógico, de forma coletiva, incentivando a cooperação, a solidariedade e o protagonismo do jovem adulto. A realização dos seminários integrados constará na carga horária da parte diversificada, proporcionalmente distribuída do primeiro ao terceiro ano, constituindo-se em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas do curso. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 26)

O SI tem a pretensão de tornar-se o espaço de articulação entre conhecimentos formais, constituindo-se por essência no exercício da interdisciplinaridade. É o espaço de produção de conhecimento por meio de uma postura investigativa dos alunos. O SI, na perspectiva da PEM/RS, visa possibilitar o diálogo entre os demais componentes curriculares, no sentido vertical, considerando um único campo de conhecimento, pelo aprofundamento, e no sentido horizontal, entre mais de um campo de conhecimento, considerando assim as relações teoria-práticas e parte-totalidade. Seu objetivo é consolidar a proposta curricular interdisciplinar, como prática coletiva de professores e alunos.

O SI pode ser organizado por Eixos Conceituais, como exemplo: cultura, tecnologia e trabalho, infraestrutura, solidariedade, organização social. A partir de Eixos Temáticos Transversais, como: meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e formação de saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza, educação, economia e áreas de produção. Por Linhas de Pesquisa, como exemplos: “Até que ponto os modelos democráticos e participativos de organização resultam melhoria na qualidade de vida”, “Impactos ambientais e estratégias de conservação da Biodiversidade no município”. E, ainda, o SI pode organizar-se a partir de Eixos Produtivos, tais como exemplos: relações de trabalho, Biodiversidade e Sustentabilidade, Economia Solidária (cooperativismo, associações). O SI deve assumir um enfoque crítico investigativo, possibilitando uma

intervenção na realidade, construindo pensamentos, o que poderá levar a uma nova problematização. É o momento singular em que professores e alunos organizam leituras e desenvolvem os caminhos metodológicos da investigação.

Na prática, a PEM/RS propõe uma ampliação da carga horária para o Ensino Médio, passando do que era 800h (carga horária mínima atual instituída pela LDB) para 1000h anuais. Em termos semanais, foi fixada em 30h semanais, ao invés das 25h previstas anteriormente. Todos os momentos previstos, como reorganização curricular, que incorpora uma formação geral, composta por quatro áreas do conhecimento, a saber, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e, ainda, uma parte diversificada, composta de duas Línguas Estrangeiras Modernas, Ensino Religioso e do Seminário Integrado, como um novo componente que deverá compor a grade curricular do Ensino Médio no nosso estado, com uma carga horária de 3 horas/aula para o 1º ano, 6 horas/aula para o 2º ano e 9 horas aula para o terceiro ano do Ensino Médio.

Em minha investigação procurarei avaliar se os alunos de escolas públicas de ensino médio que pensam ingressar no ensino superior, seja pelo vestibular ou pelo ENEM, não teriam suas chances diminuídas de ingressar na universidade, considerando que eles teriam no terceiro ano do ensino médio uma carga horária de 200/250h de *formação geral* (Base Comum Nacional), a saber, Linguagens e suas tecnologias (conhecimentos expressivos de comunicação, Língua Portuguesa, Literatura, Artes, Língua Estrangeira Moderna e Educação Física); Matemática e suas tecnologias (conhecimentos lógico-matemáticos) e Ciências Humanas e suas tecnologias (conhecimentos de filosofia, sociologia, história e geografia) e a *parte diversificada* (enfoque ou temáticas) com carga horária de 600/750h, com bases filosóficas, psicopedagógicas e socioantropológicas. Nesse novo ensino médio ficaram 75%, 50% e 25% dos períodos letivos dos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, respectivamente, à "nova disciplina", ou seja, para o SI. No 1º ano ensino médio, ficou 75% do período letivo com disciplinas curriculares e 25% do período letivo para o seminário integrado; no 2º ano ensino médio, ficou 50% do período letivo com disciplinas curriculares e 50% do período letivo com o seminário integrado e no 3º ano do ensino médio ficaram 25% do período letivo com disciplinas curriculares e 75% do período letivo com o Seminário Integrado.

Considera-se a possibilidade de um acréscimo de 600h na carga horária, perfazendo um total de 3000h, acréscimo este que será dividido nos três anos do ensino médio. Cabe salientar que estas 600h, como possibilidade, que serão preenchidas com estágios, aproveitamento em atividades em situações de emprego formal e informal e o conteúdo dessas experiências poderão compor os projetos desenvolvidos nos SI, como parte do currículo. Assim, em comparação a estudantes não matriculados em escolas públicas, estes perderiam carga horária de formação geral (Base Comum Nacional), o que acarretaria numa perda de aprendizagens necessárias a quem quer se submeter ao vestibular e/ou ENEM. De que adianta a pesquisa como princípio educativo, se o aluno, em decorrência de uma diminuição em sua formação geral, corre o risco de não dominar os requisitos básicos da Língua Portuguesa, Matemática, Física, Filosofia, Química, Biologia, etc.?

Em suma, no 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas, ano no qual o aluno em questão, deveria ou teria o desejo de se preparar para o vestibular ou ENEM, terá apenas 25% dos períodos letivos divididos entre as mais de doze (12) disciplinas do currículo. São questões delicadas que abordo, mas que devem ser enfrentadas, pois sinalizam demandas presentes e que se faz necessária a garantia de tempo suficiente de experimentação, para que sem atropelos se estabeleçam resultados claros e consistentes, que venham a responder todos estes questionamentos.

Todo esse movimento de complexidade crescente tece uma rede que identifica e cria possibilidades de intervenção na realidade, pela contextualização e significado dos conhecimentos que estão sendo construídos neste espaço educativo. Contudo, temos que saber, em que medida todo o referencial teórico que advém com a PEM/RS, não estaria formando cidadãos carentes em sua educação devido à redução em sua formação geral (Base Comum Nacional)? Em que medida não se corre o risco, pela falta de formação dos professores para atuação na politecnicidade, embora haja um esforço do Governo Federal, com políticas públicas como o recente Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que não ocorra uma verdadeira implementação da PEM/RS nas escolas públicas?

Que a PEM/RS venha para que haja a possibilidade de uma maior interação com as novas tecnologias, que possibilite a superação da imobilidade de uma gradeação curricular, da seletividade e principalmente para minorar a exclusão social do jovem, num processo de não reiterar o mito da empregabilidade, muito criticado desde os tempos do governo FHC. E, como alerta Maria Ciavatta: “educar é uma ação de desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, preparar para o mercado de trabalho é parte da formação. Não se pode tomar parte pelo todo e achar que educar é a mesma coisa que preparar para a precarização do trabalho, para o subemprego, para a desregulamentação das relações de trabalho, para as condições de exploração do trabalho vigentes”.

### Considerações finais

A PEM/RS aponta caminhos e modificações para o Ensino Médio, como a divisão da carga horária em dois blocos, em formação geral e parte diversificada, que serão articulados a partir dos projetos desenvolvidos nos Seminários Integrados. O projeto de reestruturação do Ensino Médio iniciou com os primeiros anos do ensino médio, no ano letivo de 2012, com os primeiros e segundos anos em 2013 e com os três anos do ensino médio em 2014 e houve uma diminuição gradativa na carga horária da formação geral no passar dos três anos letivos do ensino médio, com aumento da carga horária nos Seminários Integrados, dando lugar a um trabalho *interdisciplinar* sobre assuntos de interesse dos alunos, aproximando o conhecimento escolar ao mundo do trabalho.

A PEM/RS que tem como pressuposto principal a politecnia, que se traduz por:

[...] pensar políticas públicas voltadas para a educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que desenvolva as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e a consciência dos direitos políticos, sociais e culturais e a capacidade de atingi-los (GRAMSCI, 1978)

A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno (SAVIANI, 1989, p. 17).



Constituindo-se na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias, com os eixos de Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, enquanto princípios educativos tem no seu escopo a interdisciplinaridade.

O pressuposto básico da interdisciplinaridade se origina no diálogo das disciplinas, no qual a comunicação é instrumento de interação com o objetivo de desvelar a realidade. A interdisciplinaridade é um processo e, como tal, exige uma atitude que evidencie interesse por conhecer, compromisso com o aluno e ousadia para tentar o novo em técnicas e procedimentos. (RIO GRANDE DO SUL, 2011,P.18)

Com o desenvolvimento dos projetos que darão suporte ao SI, que se traduzem por práticas, visitas, estágios, vivências, é a interdisciplinaridade que fará o diálogo com as outras disciplinas. O processo de construção do conhecimento vai exigir que nos sejam dados a conhecer os conceitos que já foram elaborados ou em elaboração de nossa realidade. É a escola que deverá cumprir esta função, ou seja, de socializá-los e difundir-los. E, é o currículo escolar que fará a seleção de conhecimentos, visando à apreensão por parte dos estudantes. Com um currículo que visa integrar trabalho, tecnologia, ciência e cultura, tem-se a compreensão de trabalho como a mediação de existência social do homem. Entretanto, no PEM/RS, não encontramos orientações mais claras no sentido da formação para compreensão e atuação no mundo do trabalho. O principal diferencial do PEM/RS com relação às DCNEM/2012 é: a elevação da carga horária mínima para 3000h; a dedicação exclusiva do docente à escola e o estabelecimento de que o mínimo de 20% da carga horária total do curso se destine a atividades optativas e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes.

Não se estaria correndo o risco na continuidade na implementação da PEM/RS, do processo de ensino e aprendizagem interdisciplinar proposto, esbarrar em deficiências estruturais presentes nas escolas (instalações, laboratórios de informática, bibliotecas) que podem deixar lacunas importantes para a construção do conhecimento pelos estudantes? Contudo, ainda não se tem suficiente acúmulo de conhecimentos sobre os entraves conceituais e políticos para que se tenha uma avaliação acerca da implementação da PEM/RS nas escolas gaúchas.

A PEM/RS é uma alternativa interessante não só como proposta no campo da educação, mas como um laboratório para experimentações sobre mudanças necessárias em todo Ensino Médio, onde a formação de professores para atuação no Ensino Médio precisa ser considerada. Temos que evidenciar o papel das escolas como indutoras de mudanças sociais. A subordinação a exigências do mercado de trabalho não é medida que favoreça a uma educação para a autonomia. A situação de pobreza da grande maioria dos jovens brasileiros exige uma educação inclusiva, mas que a dualidade entre educação geral e educação profissional seja superada no nível das práticas escolares. Outra situação do Ensino Médio no país que precisa ser enfrentada é a permanência de uma educação de qualidade para poucos e de uma educação de pouca qualidade para muitos.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. SEMTEC. PCN's + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

\_\_\_\_\_. Resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1998. Publicada no D.O.U. de 15/4/98, Seção I, p. 31.

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo2\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo2_98.pdf). Acesso em 18/04/2014.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. *Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília, 2006. 133p. (Orientações Curriculares para o ensino médio; volume 3).

O Ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. SABRINA MOEHLECKE. UFRJ.  
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a02v17n49.pdf> . Acesso em 20/04/14, às 00:38

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (2011-2014)*. Porto Alegre, 2011.

SAVIANI, Demerval. *Sobre a Concepção de Politecnicidade*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SMED. *Cadernos Pedagógicos nº 9*. Porto Alegre, 1999.